



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

## Audição Regimental

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA

10 DE JULHO DE 2018

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

Apresento-me nesta Comissão para a última audição regimental desta terceira sessão legislativa.

Esta audição permite, por isso, que façamos uma análise da atual situação orçamental e financeira do País e um balanço das medidas que tomámos ao longo deste período e do seu impacto na vida dos portugueses.

Podemos seguramente afirmar que os portugueses estão melhor. O país vive hoje o seu melhor desempenho económico e financeiro de várias décadas.



O desemprego desceu. Desde o início da legislatura há menos 246 mil portugueses que querem trabalhar em Portugal mas não encontram emprego.

A taxa de desemprego está no nível mais baixo dos últimos 16 anos, situando-se nos 7,2 por cento.

O emprego cresceu. Desde o início da legislatura há mais 290 mil portugueses que contribuem ativamente para criar riqueza.

Sim, há mais portugueses a trabalhar do que aqueles que saíram do desemprego, porque o mercado de trabalho em Portugal é hoje maior. Porque a queda do desemprego não se faz com o abandono [à sua sorte] daqueles que não têm emprego. Ou pior, de um convite à emigração.



Há cada vez mais portugueses com emprego. Mas também com melhores empregos, com menos precariedade, com mais estabilidade e melhores salários.

A economia cresce e Portugal está novamente a convergir com a Europa no que diz respeito aos níveis de rendimento das famílias portuguesas. Em 2017, o crescimento real do PIB foi de 2,7% e o défice público de 0,9% do PIB. Portugal tem políticas financeiras responsáveis e compatíveis com uma participação plena na área do euro.

Sim, foi possível!

Também em 2017 o excedente primário fixou-se em 3% do PIB. O rácio da dívida pública caiu mais de 4% do PIB.

Estes números repetem-se no ano corrente. Um crescimento claramente acima de 2%. Com aumento das exportações e do investimento.



Ainda ontem foram divulgados dados sobre o investimento. Em 2018 e pelo terceiro ano consecutivo temos um crescimento superior a 5% do investimento. É preciso recuar à década de 90 do século passado para termos três anos consecutivos de crescimento do investimento com esta dimensão.

Portugal produz mais, cria mais emprego. Portugal cria valor e bem-estar para os portugueses. Portugal voltou a valer a pena. Os portugueses acreditam em Portugal e querem contribuir para o futuro do seu país.

Este é o resultado de políticas que apoiaram as empresas: no Pagamento Especial por Conta, no IVA aduaneiro, na redução dos prazos dos reembolsos dos diferentes impostos - sem Toto-IVA, na redução do IVA da restauração, e em dezenas de medidas de simplificação fiscal que permitem às famílias e às empresas poupar



milhões, dezenas de milhões de euros em taxas, custos administrativos e coimas.

Hoje, as empresas e as famílias portuguesas têm acesso a taxas de juro mais baixas.

A regularização das condições de financiamento da economia foi uma das mais relevantes conquistas desta legislatura. Passámos de um sistema financeiro frágil e descapitalizado, incapaz de cumprir a sua função básica de financiamento da economia, para um sistema financeiro mais capitalizado, mais robusto e que de uma forma criteriosa está hoje a financiar o crescimento da economia portuguesa.

Foi este conjunto de políticas e os seus efeitos no rendimento das famílias, no emprego, na rendibilidade das empresas que contribuiu para o aumento da confiança dos portugueses no seu futuro. Os indicadores do clima



económico estão hoje em máximos de mais de duas décadas.

Mas permitam-me que me repita: o mais importante investimento que as empresas portuguesas têm feito ao longo dos últimos três anos é o investimento nas qualificações dos seus trabalhadores. Mais jovens e menos jovens, porque o emprego aumentou para todos. A criação de emprego tem dado um contributo insubstituível para a redução das desigualdades e da pobreza.

Fizemos um investimento ímpar nos serviços públicos.

Hoje, os serviços públicos têm mais recursos. Na Saúde, na Educação, na Ciência e na Cultura, só para dar alguns exemplos.

No Serviço Nacional de Saúde temos hoje mais 8.500 profissionais do que em 2015: mais 3.600 médicos e mais



3.000 enfermeiros. Temos maior oferta de cuidados de saúde. Isto não é despesismo. É investimento, é capacidade de dar resposta, são melhores cuidados de saúde para todos.

Na Educação temos mais 5.000 docentes no ensino pré-escolar, básico e secundário. Temos maior oferta de educação. Turmas mais pequenas. Isto não é despesismo. É investimento no futuro de Portugal, é capacidade de dar resposta e de preparar melhor os nossos filhos e netos para que tenham um futuro mais próspero.

Na Ciência temos nas nossas Universidades mais 2.200 professores, investigadores e cientistas que em 2015. Recuperámos em dois anos e meio o que tinha sido destruído entre 2011 e 2014. Temos maior capacidade de nos reinventarmos e de contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico. Isto não é despesismo. É



investimento no futuro de Portugal, é capacidade de criar valor, de aumentar a competitividade das nossas empresas, de participarmos plenamente nos desafios globais e de nos integrarmos numa sociedade global.

E os portugueses reconhecem estas melhorias. Numa sondagem publicada a 24 de abril pelo Jornal de Negócios, 75% dos inquiridos consideravam que os serviços públicos estão hoje melhor do que há dez anos. E três quartos consideram que os serviços públicos são muito bons, bons ou suficientes. Isto sucede em todas as áreas, desde a escola pública, aos centros de saúde e aos hospitais.

Mas tudo isto será em vão se não for sustentável, se não mantivermos políticas responsáveis. Políticas com credibilidade.

Os dados do INE sobre finanças públicas divulgados há poucas semanas revelaram que, no primeiro trimestre





deste ano, o défice das administrações públicas se fixou em 0,9% do PIB. Isto significa uma diminuição de 1,1 p.p. face ao primeiro trimestre de 2017. Para esta redução contribuíram o aumento da receita, motivada essencialmente pela evolução do IVA, e das contribuições sociais; mas também a diminuição da despesa com juros e a estabilização do consumo intermédio, num contexto de aumento do investimento.

A dinâmica positiva da economia nacional é evidente. Confirma-se a tendência de consolidação das contas públicas, essencial para atingir o défice de 0,7% previsto para 2018 no Programa de Estabilidade.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,



Atingir as metas orçamentais é importante mas não é um fim em si mesmo. Cumprir planos é importante mas também não é um fim em si mesmo.

São, antes sim, instrumentos que concretizam o nosso compromisso com os desafios do país, propondo e implementando políticas responsáveis e construindo condições para um futuro melhor para Portugal e para os portugueses.

Não temos plano A e plano B. Temos um só plano que foi apresentado aos portugueses e que foi desenhado para todos os dias da nossa governação, a pensar no futuro. Aliás, preparámos esse plano bem antes das eleições.

Longe vão os tempos das impossibilidades aritméticas ou do temor da aproximação de uma desgraça que para alguns era salvífica. Nunca mais se ouviu tal coisa.



Recordar-se-ão do cenário macroeconómico e das previsões que um grupo de 12 economistas apresentou de forma inédita num contexto pré-eleitoral.

A forma séria e responsável como esse plano orçamental foi desenhado permitiu a sua correspondência factual com os números que temos vindo a apresentar.

Foram atingidos exatamente os objetivos orçamentais então propostos, num quadro de crescimento da economia e do emprego e de reposição de rendimentos.

Este é um aspeto da maior importância: ter políticas credíveis, sustentáveis e duradouras. Não se trata de profecias mas de rigor. Tudo foi pensado em 2015, tudo foi preparado e medido, para que sempre que tivéssemos que nos ajustar a uma situação concreta, porque é disso que se faz a governação, preservássemos o essencial.



Quem não se preparou para governar no passado, não pôde, nem pode, cumprir, e tem hoje a obrigação de construir uma alternativa credível.

O debate não pode fugir à sustentabilidade.

Não podemos adotar medidas com implicações orçamentais significativas que não estavam no Programa do Governo.

Não podemos colocar em causa a consolidação orçamental estrutural com medidas avulsas que implicam alterações orçamentais de forma avulsa.

O tempo em que o país fazia pelo menos dois orçamentos por ano, porque o primeiro estava sempre errado, acabou. Acabou o tempo das sanções por incumprimento dos compromissos internos e externos.



Se é verdade que este governo e esta maioria reduziram o défice para mínimos históricos e iniciaram o processo de redução da dívida pública, também é verdade que o nosso défice é ainda dos mais altos dos países da zona euro e a dívida pública é a terceira mais elevada em percentagem do PIB.

O país vive hoje melhor do que há três anos. Mas os portugueses reconhecem o risco de reduzir receitas e aumentar despesas. Quem deixou o país sujeito a sanções por incumprimento e encheu a boca com a palavra resgate, como se o desejasse, deveria corar de vergonha por propor estas políticas.

Quem acompanhar estas políticas tem que assumir as implicações que daí decorrem.

Os portugueses sabem que estamos determinados no nosso compromisso na credibilização das políticas financeiras,



assegurando a sua sustentabilidade, garantindo-lhes confiança e credibilidade internacional e melhorando as condições económicas dos portugueses e das nossas empresas.

Volto a lembrar que há pouco mais de um ano, Portugal saiu finalmente do Procedimento por Défice Excessivo. Este foi um marco importantíssimo na credibilidade do país. Foi fundamental tal como a subida da classificação da dívida da República para nível de investimento. Estes aspetos são determinantes para os juros que pagamos e permitiram a sua redução assinalável.

Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados,

O início desta legislatura ficou marcado por uma solução de Governo de base parlamentar, resultante do diálogo



entre diferentes forças políticas. Foi possível chegar a entendimentos comuns naquelas que são as soluções preconizadas para o país.

O Governo tem feito o seu trabalho, honrando esses mesmos compromissos, que foram assumidos, mais uma vez, de forma responsável e ponderada. É essa a linha da nossa atuação e assim continuará. Não colocaremos em causa a recuperação do país.

O quarto orçamento desta legislatura seguirá essa mesma linha: aumento do rendimento disponível das famílias; recuperação do valor das pensões associado ao crescimento económico; investimento nos serviços públicos e conclusão em 2019 do processo de descongelamento das carreiras para além da reposição de direitos dos trabalhadores da Administração Pública.



Estes compromissos estão assumidos. E serão igualmente cumpridos.

Para criar espaço para estas medidas de reforço do rendimento, do Estado Social e dos serviços públicos foram cruciais os cerca de 500 ME que poupamos em 2019 face ao que poderíamos estar a pagar se não tivéssemos saído do PDE e não tivéssemos credibilizado a política portuguesa.

Exige-se dos políticos do presente que preparem o futuro. É sempre assim. E esse futuro só é possível com um país preparado para enfrentar os desafios dos nossos dias.

Com uma política orçamental e financeira responsável e com condições de financiamento mais favoráveis para a República e para os portugueses.





Não nos deixaremos iludir por ganhos fáceis ou efémeros. Continuaremos a trabalhar para que os portugueses vivam cada vez melhor, com confiança, e que cada vez mais queiram contribuir para o futuro do seu país. Porque só assim Portugal tem futuro.

Muito obrigado.